

A CENA AUDIOVISUAL BXD: DESLOCAMENTOS SIMBÓLICOS E CRIAÇÃO DE NOVOS SENTIDOS DE TERRITÓRIO

THE BXD AUDIOVISUAL SCENE: SYMBOLIC DISPLACEMENTS AND THE CREATION OF NEW SENSE OF TERRITORY

Adriana Carneiro de Souza^A

 <https://orcid.org/0000-0002-2447-3684>

Correspondência: ascarneiro@ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Beatriz Akemi Takeiti^B

 <https://orcid.org/0009-0003-2847-0787>

Correspondência: biatakeiti@medicina.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94278

Recebido em: 22 set. 2025 | **Aceito em:** 18 nov. 2025

RESUMO

Este artigo debate a representação única de noção de “periferia” e investiga o impacto da prática coletiva na produção de subjetividades junto a sujeitos que atuam em cineclubes na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter cartográfico, selecionou os coletivos artísticos Mate com Angu e Buraco do Getúlio. A partir da realização de entrevistas biográficas, foram empreendidas análises de conteúdo (Bardin, 2011), a partir do qual analisamos os deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia presentes nos discursos dos interlocutores. As diferenças na formação histórica nos municípios da Baixada Fluminense geraram cenários múltiplos desde territórios extremamente periferizados, passando por elites econômicas locais até vastas reservas naturais. Apesar desta diversidade, do ponto de vista da representação midiática, vemos a preponderância de narrativas operadores de estigmatização sobre este território e seus sujeitos. Nesta pesquisa, entretanto, os interlocutores parecem ilustrar os deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia a partir da experiência coletiva em seu território, vendo-se enquanto sujeitos ao centro de uma produção simbólica e não à margem.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; cineclubes; território; periferia; produção de subjetividades.

^AMestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ. Especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

^BMestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Professora da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, ambos na UFRJ.



ABSTRACT

This article discusses the creation of a singular representation of the "periphery" and investigates the impact of collective practice on the production of subjectivities among individuals involved in film clubs in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro. The research, which takes a qualitative and cartographic approach, selected artistic collectives that operate as film clubs, particularly Mate com Angu and Buraco do Getúlio. Through biographical interviews, content analyses were conducted (Bardin, 2011), through which we analyzed the semantic shifts in the meanings of "periphery" present in the participants' discourses. The historical differences in the formation of the municipalities of Baixada Fluminense have led to a range of scenarios, from extremely marginalized areas to local economic elites and vast natural reserves. Despite this diversity, media representations often perpetuate stigmatizing narratives about this region and its people. However, in this research, the participants seem to illustrate the semantic shifts in the meanings of "periphery" through their collective experiences in their territory, seeing themselves as central to symbolic production rather than marginalized.

Keywords: Baixada Fluminense; film clubs; territory; periphery, production of subjectivities.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade cineclubista se apresenta como um movimento cultural organizado com forte presença em diferentes épocas. Muitos aspectos relevantes deste movimento cultural podem ser analisados profundamente à luz dos estudos sociais. A função desempenhada pelos cineclubes na formação de uma geração de jovens nos anos 50 e 60, as potencialidades da relação entre o cineclubismo e a educação, a formação de público para o cinema e força de sua expressão contra-hegemônica e, por que não, contra-coloniais, são questões relevantes que já vem sendo aprofundadas em diversos estudos sobre o tema.

Este artigo, entretanto, busca compreender como tal prática se inscreve na constituição de sentidos de território para os sujeitos que performam práticas cineclubistas na Baixada Fluminense, reposicionando o estigma de “periferia” sobre um território social e historicamente tensionado. Importa-nos problematizar a gênese de seu estigma de “periferia” a partir de constituição histórica, extensiva exploração, sua relação de dependência com a capital e ainda o uso político deste território que ocasionou o que chamaremos de “produção da periferização”. Assim, retomaremos a constituição do território da Baixada Fluminense a partir das heranças coloniais e seus efeitos para problematizar o cenário sobre o qual se produzem os cineclubes. A partir do mapeamento

atual da prática de cineclubes no território, com a breve apresentação do contexto de surgimento dessas iniciativas, debateremos, a partir de entrevistas, o reposicionamento do sentido de periferia experienciado pelos sujeitos que performam os cineclubes Cineclube Mate com Angu, fundado em 2002 no município de Duque de Caxias e o Cineclube Buraco do Getúlio, fundado em 2006 na cidade de Nova Iguaçu, presentes na Baixada Fluminense.

Os cineclubes são atividades públicas e abertas. Ao fornecer uma programação alternativa em relação as salas de cinemas comerciais, promover a disseminação do cinema e estimular o encontro, os cineclubes na Baixada Fluminense colocaram-se como um lugar onde as narrativas audiovisuais extrapolaram seu sentido de representação simbólica.

2 TERRITÓRIO, HISTÓRIA E PRODUÇÃO DA PERIFERIZAÇÃO

A Baixada Fluminense como a conhecemos hoje é fruto de um processo sócio-histórico de exploração para a produção de riqueza durante todo o período colonial. Originariamente terra do povo Jacutinga, o território pantanoso foi tomado pela Coroa e dividido em freguesias entregues a marqueses, barões e comendadores que encontraram no trabalho escravo uma rentável forma de exploração para a produção de açúcar e aguardente. Sendo uma região pantanosa e composta por mangues, pouco do território era fértil e produtivo foi destinado à agricultura comercial. O território passa desde então a se desenvolver em relação aos eixos de produção e escoamento para a capital carioca.

Em uma genealogia da violência na Baixada, José Cláudio Souza Alves (2020) nos apresenta a formação histórica do território, a qual segundo o autor, se desenvolveu a partir de um modelo baseado na agricultura e na passagem. A posição estratégica da Baixada Fluminense, entre a capital e as planícies, que caracterizou a riqueza da região nos séculos XVII e XVIII, foi ao mesmo tempo um dos fatores responsáveis pela sua derrocada econômica, a partir da segunda metade do século XIX.

Entre 1600 e 1800, a Baixada Fluminense possui portos próprios em função do escoamento da produção de cana de açúcar e já possuía pequenos povoados. O território estava localizado em uma posição estratégica entre a sede da monarquia, o ouro em Minas Gerais e o café em São Paulo. Este dado veio a influenciar drasticamente o destino da Baixada Fluminense que, após o declínio do Ciclo da Cana, se torna território de

passagem para a circulação do ouro por via terrestre. De acordo Alves (2010), esta não será a primeira vez que o poder do capital determina a fisionomia da região. Como veremos à frente, novos caminhos foram construídos por articulação de proprietários e comerciantes em uma via de mão dupla entre proporcionar agrado ao império e incluir suas próprias fazendas nas rotas de comércio terrestre. Com o passar do tempo, esta articulação se estende à criação de subnúcleos de poder político com objetivo de determinar indicações para diferentes esferas, como por exemplo na organização das Câmaras e distribuição de novos títulos de nobreza. De acordo com Alves, “estabelecia-se as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada” (Alves, 2010, p.88).

Ainda que este território tenha servido estrategicamente para os interesses econômicos em função da produção e a circulação de riquezas entre séculos XVI e XVIII, o território foi paulatinamente excluído das políticas de desenvolvimento urbano enquanto seu sentido produtivo era esvaziado.

Em 1854 é inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil, construída com os esforços do Barão de Mauá para ligar seu próprio porto a outras fazendas. Este é o estopim para novos ambiciosos empreendimentos ferroviários que visavam ligar o porto da cidade do Rio de Janeiro diretamente à produção cafeeira nos planaltos mineiros e paulistas, desta vez subsidiados pelo Imperador. É construída então a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil). As ferrovias reduziam o tempo de deslocamento, entretanto, excluía de suas rotas as vilas e portos criados a partir da exportação de cana de açúcar e da circulação terrestre do ouro. O Rio de Janeiro crescia e se modernizava com as ferrovias, não necessitando mais dos portos da Baixada Fluminense. A chegada da estrada de ferro transformou completamente o cenário dos ciclos anteriores.

Após a abolição da escravatura e o fim do Império, as elites locais vinculadas à produção agrária de cana e café e/ou atravessamento desses produtos ficam economicamente abaladas. Esse declínio se dá em função de um conservadorismo político-econômico que somente concebia lucratividade a partir da escravização de pessoas negras e asiáticas, uma vez que os homens livres que atuavam como meeiros não haviam por que trocar a agricultura para fornecer trabalho assalariado. Assim, os proprietários das fazendas deixam o território colocando à venda seus terrenos fracionados ou abandonando-os como latifúndios improdutivos. Os terrenos fracionados passam a pertencer a pequenos comerciantes, barraqueiros e atravessadores e também

passam a ser ocupados por homens livres que, nas décadas seguintes, lutarão em movimentos camponeses pela posse de terras improdutivas.

Se de um lado, o território se torna estratégico com o estabelecimento de caminhos e estradas¹ que reduzem drasticamente o tempo de descolamento entre o interior mineiro, a planície paulista e a capital, no final do século XVII e início do século XVIII, por outro lado, o torna absolutamente dependente da capital e da evolução político-econômica do sistema de transportes. Neste sentido, o marco foi a construção da Estrada de Ferro do Brasil em 1854. Ao ligar diretamente os planaltos mineiro e paulista ao Porto Mauá conforme os interesses do império, este empreendimento dá início a um processo de exclusão do Porto Estrela, as vilas e negócios locais da rota político econômica então vigente.

Entretanto, não foi apenas esta a crise que levou a Baixada Fluminense à “idade do pântano”. Havia na Baixada também um forte movimento contra abolicionista, que compreendia a crise econômica como fruto da abolição e da necessidade do cumprimento obrigatório das leis de emancipação. Apesar dos projetos progressistas propostos por alguns setores no Congresso Agrícola de 1878 que propunham reformas nos modelos agrícolas para que pudessem abandonar as práticas manuais, obsoletas e predatórias utilizadas neste momento, havia ainda uma classe de senhores “agarrados às relações escravistas”, detentores de um “conservadorismo vesgo”, que à beira do abismo, preferiu assistir à própria derrocada política e econômica que abandonar um modelo de produção agrícola desumano e predatório (Alves, 2020, p. 99). Se forma um novo ciclo, último e derradeiro suspiro no sonho do desenvolvimento agrário, que por não prover o desenvolvimento urbano e sanitário, levou à morte milhares de homens, mulheres e crianças por cólera e malária. Entre 1880 e 1940, o sonho que já nasce decadente de ser a “Califórnia Brasileira” explorou a terra e a população para agricultura de laranja até que a “praga do mediterrâneo” chegasse. Alves nos diz que o resultado de trezentos anos de exploração é a exaustão da terra e uma população formada por trabalhadores rurais pessoas escravizadas que não detinham nenhuma propriedade e que eram, portanto, espremidos entre os latifúndios, o pântano e as plantações (Alves, 2020). É a partir da fase agrícola da fruticultura que se iniciam as principais mudanças que derivam no rápido

¹Alves (2020) aponta, como exemplo, o Caminho Novo, ou Caminho do Pilar, construído por Garcia Rodrigues Paes, o Caminho de Inhomirim construído por Bernardo Soares de Proença e Caminho do Tinguá, por Pedro Dias Paes Leme e a estrada do Comércio, construída pela Junta Real do Comércio. Todos estes caminhos eram colocados à serviço da Coroa que, em troca, explorava exclusivamente o caminho e até mesmo a doação de sesmarias.

fracionamento de terras e em um processo de valorização dos terrenos. A maior expressão produtiva da citricultura se encontrava em Maxambomba,² como era então chamado o território que hoje pertence ao município de Nova Iguaçu. Esta fração do território sofre uma intensa modernização neste período, com a construção de casas, ruas e estradas, bem como a criação de infraestrutura urbana, como por exemplo canalização para água e esgoto, iluminação pública, praças e até hospitais. Tal processo de modernização e urbanização resultaria da necessidade de sustentação à emergente elite produtora e detentora dos laranjais, seu a comércio e indústria (Alves, 2020, p. 103).

A fase do “sonho laranja” trouxe ainda alguma prosperidade econômica para a região, neste momento em decadência. De acordo com Alves (2020), trabalhadores assalariados atuavam não somente nos pomares, mas principalmente no transporte e nos serviços secundários, tais como tratamento, acondicionamento e produção de caixas. Embora houvesse esforços políticos e investimentos para a modernização e urbanização na região que hoje pertence em maior parte ao município de Nova Iguaçu, o mesmo não se passava no restante da Baixada Fluminense. Nos demais territórios, a concentração de terras para “latifúndios e reserva especulativa” (2020, p. 104) mantinha os trabalhadores rurais vinculados às terras pela sua própria produção e moradia, sem qualquer direito ou controle sobre as atividades econômicas. Assim, no início da II Guerra Mundial, quando morre o “último suspiro agrário” da Baixada Fluminense, o fracionamento das terras, ou seja, o loteamento, se torna o principal caminho a ser seguido. Os territórios que hoje conhecemos como os municípios de Nilópolis, São João de Meriti e uma parte do Município de Duque de Caxias foram os primeiros a experienciar o loteamento como forma de transformação urbana que respondia não somente as necessidades da população ali residente, mas também aos interesses políticos de uma capital em construção.

No início do século XX, a Baixada serviu para “aliviar” a pressão demográfica da cidade do Rio de Janeiro, que sofria com as remoções da gestão do prefeito Pereira Passos. A população de Meriti, como o território era chamado até os desmembramentos da década de 1940, explodiu quase 300% entre 1920 e 1940. A velocidade deste crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento de propriedades rurais para habitação. A partir dos anos 30, o território atravessou uma intensa e desordenada experiência de urbanização (Alves, 2020).

²Futuro município de Nova Iguaçu

Em 1941, 58% da população de trabalhadores rurais, em sua maioria tinham algum grau de parentesco com os donos da propriedade, que encontraram no êxodo rural a saída para a falta de condições e o desinteresse dos proprietários em promover melhorias e investimentos que poderiam salvar as lavouras das inundações e o solo da degradação causado pelo uso ostensivo do solo, o desmatamento e as queimadas. Um século antes, em 1840, 62% da população de todo território correspondia à população escravizada (Alves, 2020, p. 85). Vê-se então, que o trágico destino de “faixa periférica” da capital carioca foi historicamente construído. Mas mesmo uma história construída em função do capital é feita por pessoas. Não os heróis, os comendadores, os barões, coronéis e os deputados. A história da Baixada Fluminense é feita por homens e mulheres escravizados da África e da Ásia, quilombolas, homens livres que se apossaram de propriedades improdutivas para subsistência, imigrantes nordestinos e pessoas removidas dos morros e favelas ao custo da urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

3 BAIXADA, BF, BXD: DO SONHO COLONIAL AO ESTIGMA DE PERIFERIA

Figura 1 - Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Mapeamento dos Grupos Criativos na Baixada Fluminense. Projeto Brasil Próxima Estação Baixada: Pontos de Partida. 2015.

Marlúcia Santos, Ana Lucia Enne e André Santos Rocha (2020) travaram importantes considerações acerca das narrativas que modificaram a representação deste território ao longo da história. Seja através dos primeiros esforços memorialistas de tom ufanista e heróico de um passado colonial, seja através de estudos ancorados em dados e metodologias sobre a exploração econômica e a ocupação humana que denunciaram uma

realidade de extrema vulnerabilidade e pobreza, incomodando o poder público e as elites locais (Santos, 2014). Ou ainda, como veremos, uma representação midiática do fim dos anos 1980, que explora a pobreza, a violência e a morte até o limite da humanidade, mas que, a partir dos anos 1990, retoma um lugar de esperança com o direcionamento de investimentos públicos e privados para a transformação e modernização deste território (Enne, 2013).

Segundo Santos (2014), os pioneiros dados acerca do território são “memórias e relatos de viajantes que descrevem a geografia, a organização administrativa e religiosa das freguesias e o cotidiano encontrado” (Santos, 2014, p. 21). Segundo a pesquisadora, é na obra *Memória da Fundação de Iguaçu* que se encontra a primeira sistematização acerca de “uma historiografia” realizada pelo memorialista iguaçuano José Maia Forte, publicada junto a Polyanthéa Comemorativa do Primeiro Centenário do Município de Nova Iguaçu³. As publicações centravam a perspectiva histórica em memórias da fundação da Vila Iguaçu, descrições de caminhos do ouro das estradas, imagens comparativas que demonstravam a evolução dos distritos, inaugurações e ainda no registro e exaltação os interventores federais da era Vargas e outras figuras públicas da elite local, personificados como líderes de um movimento de progresso fruto de um glorioso passado colonial (p. 22, 2014). Tal perspectiva persiste nas obras dos memorialistas que, ainda nas décadas seguintes, elaboram “uma História para São João de Meriti e Duque de Caxias”.

Concomitante aos esforços dos Guardiões da Memória de Nova Iguaçu⁴ que buscavam a constituição de arquivos históricos a partir do colecionamento de documentos históricos e publicações, a partir de 1950 iremos encontrar, pesquisas lideradas por geógrafos ligados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais pesquisas davam à utilização de metodologias de pesquisa e de apresentação de dados, centrando-se em análises que consideravam as condições ambientais, as bases econômicas, o processo de transição rural-urbano pelo qual o território passou e ainda sua incorporação à sua incorporação como cédula urbana da metrópole, que caracterizam o processo de periferização da baixada. Segundo Santos (2014), a contribuição dos geógrafos, entretanto, era vista como uma leitura “de fora”, externa ao território. Embora a publicação da obra o memorialista Waldick Pereira tenha tentado estabelecer diálogo com

³O município de Nova Iguaçu foi fundado em 1933.

⁴Grupo notadamente representado por Rui Afrânio Peixoto, Waldick Pereira e Ney Alberto. Ver Santos, 2014.

a produção científica com a publicação de “Cana, Café e Laranja”, em 1977, as pesquisas acadêmicas não faziam sucesso entre os memorialistas. De acordo com a autora, tal perspectiva não estaria alinhada aos interesses de exaltação da Baixada Fluminense e dos honoráveis nomes da política local. Nota-se então que se trata de um início de uma disputa acerca da representação do território da Baixada Fluminense.

Nas décadas de 1970 e 1980, o que se viu foi o aumento da produção de novos estudos, pesquisas e levantamentos de dados no ambiente acadêmico, que tiveram impacto, inclusive na criação de planos diretores das cidades. Mas para além da contribuição desses estudos na transversalização das análises sobre o território, estes ainda traziam outro importante impacto: o de compreender a Baixada Fluminense como uma região composta de vários municípios cuja história não poderia ser compreendida isoladamente e tampouco desassociada de sua relação com a produção da metrópole carioca (Santos, 2014).

Ainda de acordo com Santos (2014), durante os anos 1980 e 1990, as pesquisas sobre a Baixada Fluminense ganharam expressão em diferentes instituições. Em 1990, professores e alunos da extinta Faculdade de Educação de Duque de Caxias – FEUDUC criaram a Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense - APPH-Clio e o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense fortalecendo um trabalho de pesquisa e memória que torna possível um olhar múltiplo e profundo que se debruça sobre causas específicas, ampliando e aprofundando o conhecimento que se tinha até então: os movimentos sociais, a luta rural e a mobilização camponesa, as disputas políticas e a violência local, a formação de grupos de extermínio o escravismo e a resistência Quilombola, atuação da Igreja Católica e a trajetória de sujeitos ganham espaço e trazem novos dados. Uma representação múltipla da Baixada Fluminense se tornou possível: não apenas a Baixada Histórica, rural, agrária, colonial e heróica e tampouco somente espaço de intensas disputas políticas, miséria e fome. O território passou a ser compreendida de maneira complexa, com a emergência de discussões que problematizam os aspectos que a constituíram no seio de uma lógica de periferia.

Trata-se também de um período no qual tem-se início uma série de investimentos de revitalização e integração da Baixada Fluminense à capital carioca, após décadas de abandono. A inauguração da Linha Vermelha, finalmente concluída em 1994, a construção dos shoppings centers e o anúncio de investimentos públicos e privados na região (Enne, 2013). Este período coincide com a realização do seminário “Baixada

Fluminense: Povo, Cultura e Poder”, que realizado em 1995 pelo Observatório de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, apresentou o “Mapa da exclusão Social da Baixada Fluminense”. É partir da década de 1990 que se iniciam políticas de revitalização do território, após duas décadas de denúncias da imprensa, das organizações sociais e das instituições de pesquisa que expunham a dolorosa constatação de uma das maiores escolas eleitorais do estado do Rio de Janeiro era, na verdade, um território terrivelmente periferizado e abandonado pelo poder público - “cidades dormitório” que serviam não somente como local de desova, com cemitérios clandestinos nos quais se ocultavam os dados gritantes de homicídios⁵, mas também ovo da serpente da formação dos grupos de extermínio que até hoje nos assolam.

Para a pesquisadora Marlucia Souza Santos (2014), historiadora e autora de *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*, o processo histórico de formação deste território tem em sua gênese a dicotômica presença dos interesses de grupos dominantes locais que estavam subordinados aos núcleos centrais de poder e detinham o controle do aparelho burocrático e, ao mesmo tempo, a ocupação popular composta pelos lavradores pela terra e a população que lá permaneceu ao êxodo da classe média e que compunham os movimentos sociais (Santos, 2014, p. 19):

É o retrato de uma periferia, mas não uma periferia qualquer, mas de uma periferia do principal porto de escoamento de ouro do planalto mineiro do século XVIII, do centro político do Império e da república até os anos 60 (Santos, 2014, p. 18).

Apesar de se tratar de uma análise centrada na formação histórica da cidade de Duque de Caxias, a reflexão desta autora pode ser estendida à formação do território da Baixada Fluminense, ainda que em diferentes temporalidades e níveis. Santos considera que analisar este território implica em “problematizar as condições de sua construção” e considerar a relação dualista entre o moderno e o arcaico e mapear as forças e relações e grupos que disputaram e disputam o poder local (Santos, 2014, p. 20).

⁵Segundo Alves, ao final da década de 1970, a ocultação de cadáveres pode inclusive ter causado impacto na suposta redução da mortalidade no território, uma vez que não havia modos de se fazer a localização, identificação da vítima, de sua causa mortis, fazendo desta forma com que o crime não entrasse para cômputo de homicídios locais. (Alves, 2020, p.193).

4 CINEMA E RESISTÊNCIA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

A produção cultural na Baixada Fluminense vem sendo mapeada e debatida através de estudos e projetos vinculados às instituições de ensino superior localizadas no território. Podemos encontrar, por exemplo, nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós graduação em Cultura e Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FEBF, localizada em Duque de Caxias, alguns estudos que já dimensionam a produção cultural no território, como por exemplo o artigo “Táticas do cinema de guerrilha da Baixada para transitar entre o Popular e o artístico” da Profa. Dra. Liliane Leroux e a pesquisa "De dia formiga, de noite na farra: articulações de uma Baixada Cultural", de Leonardo Onofre. Além disso, podemos mencionar o NuVISU – Núcleo de Estudos Visuais em Periferias Urbanas voltado para a pesquisa, desenvolvimento e produção de material audiovisual e multimídia da FEBF. O Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, campus Nilópolis, possui um importante papel no monitoramento da produção artística na Baixada Fluminense nas esferas simbólica, política e econômica. Não menos importante, encontramos o Observatório Baixada Cultural (OBaC), criado em 2020, através de uma parceria entre o IFRJ, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e pesquisadores independentes que atuam sobre o território da Baixada Fluminense.

Com base nos dados que encontramos hoje, não é difícil constatar que Baixada Fluminense fervilha cinema. Seja sob a forma de um cinema de resistência, cinema de guerrilha, seja sob a forma de criação de espaços de formação e exibição, são fartas as informações encontradas acerca das experiências audiovisuais produzidas no território. Não apenas na forma cineclubista, mas também a produção audiovisual. Em 2016, produtores e realizadores fluminenses publicaram o Manifesto Baixada Filma⁶, no qual reivindicam a criação urgente de políticas públicas que dessem conta da intensidade e da pluralidade da produção audiovisual do território. O manifesto assinado por agentes culturais e cineastas locais denuncia a urgência do reconhecimento deste território como um importante polo de produção audiovisual no estado do Rio de Janeiro. São exemplos desta história, a criação da Escola Livre de Cinema em Nova Iguaçu, o Festival Iguaçine em suas diferentes edições, o Edital LabCurta⁷, a criação da Escola de Cinema do grupo

⁶O manifesto pode ser encontrado no site <http://baixadafilma.com.br>

⁷O LabCurta foi um edital realizado através de realizado da produtora Memory Audiovisual, com o patrocínio da Light através da Lei do ICMS de Incentivo à Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SESeC RJ entre os anos 2019 e 2020.

EncontrArte, a intensa produção de filmes do coletivo Mate Com Angu e finalmente, a recente criação do curso de Licenciatura Plena em Cinema e Audiovisual, fruto da luta histórica das professoras da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Febf) em Duque de Caxias. Como última e mais recente expressão, mencionamos ainda o lançamento do longa metragem “Amuleto” de Igor Barradas que revisita a produção do filme “O Amuleto de Ogum” de Nelson Pereira dos Santos de 1974. O longa representa a justamente a tese que defendemos aqui: a baixada fluminense é cenário, mas não apenas – produz cinema como ato político contra todas as probabilidades.

Os cineclubes são diversos na região. De acordo com Souza (2025), em 2025, foram encontrados cineclubes em atividade em nove dos treze municípios que compõe a Baixada Fluminense:

1. Belford Roxo

Cineclube Donana fundado em 2009 com ajuda de voluntários moradores da região. Em seu primeiro ano de funcionamento realizou cerca de 200 exibições gratuitas para o público adulto e infantil com o Cineclubinho Donana.

Cineclube Velho Brejo criado em decorrência da ausência de salas de cinema na cidade. Foi fundado por membros do BaixadaCine junto a professores do IFRJ, em 2018 e tem como sede o Instituto de Cinema e Artes BaixadaCine. O nome “Velho Brejo” remete a antiga fazenda que deu origem à cidade.

2. Nilópolis

Cineclube Ankito fundado em 2006, dedica-se a promover sessões seguidas de debates com abordagem multidisciplinar na sede do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis e segue ativo, reunindo estudantes, professores, técnicos do IFRJ e a comunidade ao redor. Ao longo de quase duas décadas, o cineclube já realizou cerca de 100 sessões.

Cineclube Raízes Nilopolitanas nasce como símbolo de transformação, resistência e futuro. Inspirado pela paisagem real da Baixada Fluminense, conecta a arte ao cotidiano e à cultura de Nilópolis. É idealizado e produzido pela produtora independente Malice Produções Culturais.

3. Queimados

O **Cine Marapicu** é um cineclube fundado em 2007, com o objetivo de suprir a ausência de salas de cinema na região e democratizar o acesso cinema. Idealizado pelo ator e produtor cultural Leandro Santanna, o projeto busca oferecer à comunidade local uma programação cinematográfica diversificada e gratuita, na sede do Espaço Cultural Queimados Encena.

4. Nova Iguaçu

Cineclube Xuxu Com Xis, fundado em 2012, surgiu como um espaço de aprendizado sobre cinema, produção e exibição, compartilhando experiências com a comunidade. O nome é uma homenagem à rua onde está localizada a sede do cineclube – conhecida como “Rua do Xuxu”. A primeira exibição ao ar livre aconteceu em Queimados, em uma praça pública, e desde então o grupo tem promovido exibições em Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Paracambi e outras localidades. Os filmes exibidos são de realizadores independentes, com representatividade de narrativas negras, femininas e periféricas.

Cineclube Facção Feminista é um coletivo formado por mulheres da Baixada Fluminense fundado 2016 por Sassá de Souza, Bia Pimenta, Nicole Peixoto e Ana Paula Peixoto, durante o Laboratório de cultura antissexista do coletivo Roque Pense. O cineclube é apresentado como uma rede de colaboração criativa independente e horizontal, com a intenção de exibir filmes de temática feminina (preferencialmente dirigidos por mulheres), ser espaço de formação feminista e estímulo de produção de conteúdo por mulheres.

Cineclube Buraco Do Getúlio foi fundado em julho de 2006 como uma intervenção urbana multimídia conectando cinema, poesia, performance, música e exposições. Desde então, o “Buraco” se articula através da exibição de curtas-metragens e da abertura de espaço para intervenções artísticas: as sessões são organizadas de maneira semelhante ao pré-cinema, em que a experiência cinematográfica é fragmentada e atravessada por diferentes intertextos e linguagens. Desde 2017, é realizado na Praça dos Direitos Humanos. Até o ano de 2022, o cineclube Buraco do Getúlio já havia realizado 207 sessões.

5. São João de Meriti

Cinema de Guerrilha da Baixada foi criado em 2011. As sessões aconteciam no bar do Caramujo, em São João de Meriti. Por estar localizado na beira da rua, contava com diferentes perfis de espectadores, como trabalhadores, que davam uma pausa na volta para casa e assistiam um pouco do que estava sendo exibido.

Gericine - Cinema Ao Ar Livre que promove exibições cinematográficas gratuitas ao ar livre no Parque Natural do Gericinó. No primeiro ciclo de exibições, a curadoria recebeu mais de 300 filmes inscritos para exibição, dos quais foram selecionados 12 curtas-metragens que melhor representassem a diversidade do audiovisual contemporâneo brasileiro.

6. Duque de Caxias

Cineclube Mate Com Angu nasceu em 2002 na Baixada Fluminense a partir do desejo de provocar a produção/exibição de imagens e suas reverberações na realidade e no modo de vida da região. O grupo atua em três frentes distintas e interligadas no terreno do Audiovisual: exibição, produção e formação. As sessões tiveram início no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e passaram a ser realizadas na Sociedade Musical Lira de Ouro, até a fundação do espaço Gomeia Galpão Criativo em 2015. O nome do cineclube é uma homenagem à Professora Armanda Álvaro Alberto que fundou, em 1921, a Escola Proletária de Meriti – hoje Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto. A escola, que também foi chamada de Escola Regional, tinha orientação progressista. A expressão “mate com angu”, que foi durante anos uma conotação pejorativa, ganhou novo significado com as sessões regulares gratuitas promovidas pelo grupo.

Cineclube Imbariê nos Trilhos fundado em 2017, o cineclube é fruto da iniciativa de estudantes de cinema, artistas e movimentos sociais locais. O grupo se organizou para ocupar a Casa Brasil e a Biblioteca Pública de Imbariê, equipamentos culturais negligenciados na região, com o objetivo de manter esses espaços em pleno funcionamento e democratizar o acesso ao cinema, proporcionando entretenimento e promovendo debates sobre questões relevantes para a comunidade até 2024, o cineclube já havia alcançado um público total de cerca de 800 pessoas.

7. Guapimirim

Cineclube Sandro Lopes localizado na Difusão Cultural Kilombarte tem como finalidade oferecer sessões de cinema gratuitas compreendidas em ciclos organizados em temas relativos a assuntos como meio ambiente, saúde e desenvolvimento socioeconômico em periferias; racismo religioso e intolerância religiosa; juventude periférica.

8. Japeri

O **Cine Belém** busca democratizar o acesso ao cinema e incentivar a reflexão crítica por meio de exibições gratuitas e debates. Fundado em 2008, o projeto realiza suas sessões no Espaço Sociocultural Grupo Código, promovendo uma programação diversificada que inclui filmes nacionais e internacionais, documentários, animações e produções independentes. Após anos de paralisação, o cineclube foi reinaugurado em 13 de julho de 2024.

9. Seropédica

CineCasulo, criado em 2008 como ação da Pró-reitoria de Extensão – Proext – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, voltado para estudantes da universidade e comunidade local. As atividades acontecem no auditório Gustavo Dutra semanalmente e conta com sessões específicas de documentário e sessões infantis.

5 OS CINECLUBISMO E REPRESENTAÇÃO (CONTRA) HEGEMÔNICA DA BAIXADA FLUMINENSE

A discussão sobre uma representação hegemônica da Baixada Fluminense traz complexidades. Em sua análise sobre a representação midiática do território, Enne (2003) identifica em primeiro lugar, a polifonia da definição do termo Baixada Fluminense em termos geográficos. Como demonstramos antes, em dado momento, os municípios da Baixada Fluminense passam a se desenvolverem de maneira independente, cada qual carregando suas próprias características históricas e socioeconômicas. Isso fica manifesto

inclusive no que se refere aos investimentos na citricultura, ou ainda, na urbanização de determinados territórios, a partir dos anos 1940, em função dos mercados ali estabelecidos e do escoamento da produção. Assim, a polifonia a que Enne (2013) se refere nos ajuda a pensar as “várias Baixadas” com cenários múltiplos que compreendem desde territórios extremamente periféricos, passando por elites econômicas locais e, ainda, por reservas naturais, como por exemplo, a Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de Guapimirim. Para Enne (2013):

[...] há um nítido processo polissêmico na produção da categoria “Baixada Fluminense”, ou seja, há uma produção múltipla de sentidos para uma mesma unidade (ou diversas) verbal ou não-verbal. Partindo do pressuposto de que todo discurso é uma construção social, em que os sujeitos, a partir de enunciados que lhes são anteriores e posteriores, vão produzir significados para as palavras e imagens, podemos entender que estas sempre são resultado de uma produção social de sentidos (Enne, 2013, p. 12.).

De acordo com Enne (2013), no que se refere à representação do território na imprensa durante as décadas de 1970 e 1980, “o volume de referências negativas sobre a Baixada é quantitativa e qualitativamente maior do que as referências positivas” (p. 15). Este cenário é alterado a partir dos anos 1990, quando a pesquisadora encontra um aparente esforço de realocação da imagem do território. O que a autora observa é um “deslocamento dos sentidos de Baixada Fluminense” (p. 24). Em termos cronológicos, esse esforço midiático coincide também com um contexto de ressignificação epistemológica do conceito de periferia.

Para Tiaraju (2020), é a partir da década de 1990, que o conceito de periferia é ressignificado. Até esta década, as categorias de representação destes sujeitos e territórios os delimitava como “territórios populares”, nos quais viviam a “classe trabalhadora”, “sujeitos populares” ou mesmo “o povo”, nomenclaturas que originariam ao termo “movimentos populares”, utilizado para abarcar as organizações constituídas em prol da justiça social para as pessoas pobres. A mudança tem início a partir da apropriação do termo pelo próprio território e seus moradores, tendo como marco sua apropriação através da produção artística oriunda destes territórios. Até este momento, o termo periferia era considerado estigmatizante, o que podemos observar também na fala do interlocutor:

Eu lembro que as minhas primas, minha mãe, não diziam que moravam em Caxias. Eu via o meu pai, os adultos falarem que moravam a caminho de Petrópolis. As pessoas não falavam Caxias, né? Eu me lembro de uma vez, eu tava na *Mesbla*, ali na Rua do Passeio. E eu falei que eu era de Caxias e a mulher falou “ah, lá é muito feio, né?” E isso nunca me atingiu, nunca... Eu sempre brincava com isso. Eu enchia a boca. Porque eu já era de outra geração. Já não era a Caxias do grupo de extermínio, não era Caxias da ditadura, do prefeito biônico. Era a Caxias da democratização, dos direitos, como potência cultural. Eu já via Caxias de outra maneira, era uma visão de afeto mesmo. Eu sempre tive um afeto muito grande pela cidade. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

É uma observação que veio de fora assim. Uma coisa que, se você for perceber, virou um estigma. Uma caixinha, né? Então isso me incomodava. Eu não me via daquele jeito. A gente não se via. A gente realmente se via mesmo no centro. Isso não veio de ninguém da periferia. Isso veio de fora. Eu acho que é isso que me incomodava: era o cara chegar aqui em Caxias e falar, “pô, o Mate é tão bom que nem parece Caxias”. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

Nos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, o aumento do desemprego e enfraquecimento da categoria “trabalhador”, os territórios periféricos sofreram intensas modificações. Na Baixada Fluminense, observamos um processo de “revitalização”, com o investimento em urbanização e infraestrutura, após décadas de abandono e de uma agressiva utilização política do território durante os anos de ditadura. Durante a década de 1980, vimos a intensificação das denúncias jornalísticas e a consolidação de organismos comprometidos com a pesquisa e a produção de políticas públicas, que passaram a sistematizar e promover pesquisas sobre causas específicas que ocasionaram a periferação do território. É possível compreender a partir da narrativa do interlocutor Igor Barradas, de maneira empírica, como tais deslocamentos se traduzem na experiência social dos sujeitos que vivem nestes territórios:

Eu me lembro de uma vez que a gente foi num debate no Canal Futura. Era um programa de debate ao vivo sobre “cinema de periferia”. E aí eles colocaram três especialistas no centro da roda. E botaram a gente num estúdio anexo, bem pequenininho, os dois cineastas de periferia, que éramos eu e mais um rapaz do TV Morrinho. [...] eu chamei atenção pro fato de a gente estar aqui e os antropólogos, os especialistas estarem no nosso lugar. De uma maneira fofa, mas eu chamei atenção pra isso. Eles nunca mais fizeram isso. A mulher falou que isso teve um impacto lá dentro e as pessoas ficaram muito sem graça. Nesse debate, eu fui contra essa separação de periferia. Eu falei “pô não, eu não faço de periferia, não. Eu não considero que eu faço cinema de periferia. Eu faço cinema pro mundo.” Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

De acordo com Tiaraju (2020), a partir do início dos 1990, uma nova alcunha para o termo periferia é forjada, motivadas pelas transformações econômicas e sociais, pelo abandono do sentido do termo pela academia, que passa a relativizar seu poder explicativo, pela apropriação de uma "estética da periferia" pela indústria cultural, mas principalmente pela ressignificação do termo pelo próprio território. De acordo com o autor, é através do rap, que se manifesta então a visibilização das experiências cotidianas pela voz daqueles que de fato as experienciam e "a tentativa de estabelecer uma narrativa própria sem a necessidade de mediadores" (2020, p.22). O termo periferia passa a ser compreendido para além do sentido geográfico, mas incorpora também um novo contexto de potência:

E a gente começou a sacar, brincando, esse lance de ter um Cineclube em Duque de Caxias era um impacto muito grande. Quando eu falava, as pessoas quase caíam pra trás assim. Ainda mais que eu comecei a trabalhar com a galera que era antropóloga, socióloga de esquerda, universidade. Então eu comecei a sacar que dizer que ser de Caxias era uma onda e não um problema. Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

Tais depoimentos parecem ilustrar os deslocamentos semânticos e epistemológicos dos sentidos de periferia ao longo das décadas, ao passo que denota como a formação dos sujeitos de distintas gerações pode incorporar de maneira quase antagônica estigmas de discursos sociais vigentes. Vendo-se enquanto sujeita periférica, a interlocutora Luana Pinheiro denota não apenas uma relação de pertencimento, mas também um posicionamento político a partir de sua experiência social, sua profissão e seu território:

Eu converso muito com outras produtoras sobre esse conceito de produtor cultural como a gente conhece hoje. É um conceito muito novo, né? Porque antes a gente tinha ou grandes produtores culturais ou artistas que se produziam. Então, eu acho que a partir ali, de meados dos anos 2000, do governo Lula, Gilberto Gil Enfim, que nasce essa figura do produtor cultural de ações independentes, periféricos, e que se entendem nesse lugar, nessa função. Pinheiro, Luana: depoimento [out. 2021].

Como vimos, a partir dos anos 2000, novas políticas públicas para o setor cultural promovidas pelo Ministério da Cultura do Governo Federal (MinC) impulsionaram a

reestruturação do setor cinematográfico e possibilitaram a descentralização e capilarização das atividades cineclubistas no país. Os setores e organizações culturais, como os cineclubes, passam a reivindicar seu espaço nas políticas de incentivo. Programas como Ponto de Cultura e o Cine Mais Cultura, bem como novas políticas de fomento à produção cultural foram determinantes para a expansão da atividade cultural e para o fortalecimento de grupos e coletivos artísticos locais:

[...]A gente traz o Juca, o Ministro [da Cultura] na Lira de ouro. Isso foi uma coisa muito importante pra sociedade civil de Caxias, da Baixada. Um drible assim sensacional. O Prefeito ficou desconcertado, ficou todo mundo desconcertado com a presença do Ministro aqui. E qual era a nossa bandeira quando a gente traz o Ministro aqui? Que o orçamento seja territorializado. Porque a gente sacava que não adiantava a gente disputar o dinheiro da capital. A gente começou a sentir que a gente estava numa outra lógica. Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

Como em um sistema de retroalimentação, esta política pública de estímulo à formação de público para o audiovisual incentivou atividades de exibição em periferias urbanas e rurais, que, por sua vez, deixam legado nos territórios nos quais atuam e atuavam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Ação e a Busca da Felicidade”, Hannah Arendt trata de um “incidente” que nos ajuda a pensar esta conclusão. Ao realizar uma entrevista realizada com colega, antigo revolucionário radical, sobre a revolução de 1930, ela o pergunta sobre como ele via seu passado, como se reconhecia nas convicções prévias que o levaram à revolução. Pressupondo na resposta questões ideológicas mais profundas, a compaixão pelo outro ou a própria passionalidade dessas convicções, a autora se surpreendeu. Ao invés de um argumento objetivo, o interlocutor lhe contou a seguinte história: uma vez um jogador inveterado foi em viagem a uma cidade totalmente desconhecida. Ao chegar, foi imediatamente à uma casa de jogos. Na casa de jogos, antes que começasse a jogar, um morador da cidade o advertiu de que aquela roleta estava viciada e assim ele provavelmente perderia. Mas para sua surpresa, o jogador estrangeiro respondeu: “*mas não há nenhuma outra roleta na cidade!*”. Segundo Arendt:

A moral da história é clara: naqueles dias, insinuou meu conhecido, se você tivesse a vontade de fazer algo, não havia outro lugar para ir; você não ia lá pelo bem da sociedade como um todo, mas por seu próprio bem; e mesmo que seus motivos fossem outros, talvez mais nobres [...], poderia acontecer que, uma vez lá, você descobrisse que não havia mais aquela ' épaisseur ' triste entre você e o mundo da realidade' -, e que ao tentar salvar seu país, você salvaria, antes de tudo, a si mesmo (Arendt, 2018, p.124).

O que vimos na pesquisa é que não há saída única. Os sujeitos percebem seus impactos e atuações em distintas esferas. Não é possível saber a razão pela qual a cena audiovisual neste território é tão intensa, porque cinema em especial mobiliza os agentes culturais e o território. O que é possível dizer, a partir dos dados que temos até então, é que a criação produzida no âmbito de tais coletivos se expande até o impacto objetivo, materializada no legado em seus territórios, e subjetivo, manifestada naqueles que ali compartilharam as experiências. Se por um lado, para uns é possível se ver como “produtor periférico”, para a noção de periferia deve ser questionada: “periferia de onde? Aqui é meu centro.”

Fica latente, através dos depoimentos de nossos interlocutores, a potência da atividade cineclubista enquanto espaço de criação e formação. É no encontro entre sujeitos que é possível coletivizar desejos e colocar o fazer-conhecer no mundo. O professor, revolucionário e filósofo Paulo Freire, ao teorizar a dialogicidade como ferramenta para a prática da liberdade nos ensina que pronunciar o mundo é valer-se das palavras para denunciá-lo e, através do diálogo, modificá-lo. É pronunciando o mundo que ganhamos significação enquanto sujeitos nele (Freire, 2020).

Na Baixada Fluminense o audiovisual pulsa como uma linguagem artística que, a partir de seus sujeitos, tem o poder de anunciar novas representações de território. O “cinema da BF” confronta a imagem de uma periferia gigantesca, árida e perigosa, constituída através de um direito à fala historicamente ligado às classes que dominam a comunicação midiática - um dos principais instrumentos para a manutenção de discursos que apagam a dimensão histórica e coletiva das problemáticas sociais. Local de encontro e de trocas, os cineclubes são espaços coletivos nos quais os participantes se tornam sujeitos de denúncia e criação de novos sentidos de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. A. **Dos Barões ao Extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BEZERRA, Heraldo. **O Cerol fininho da Baixada** – Histórias do Cineclubes Mate com Angu. Coleção Tramas Urbanas, 2013.
- D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**. 2020, v. 39, n. 1, pp. 19-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- ENNE, A. L. e GOMES, M. “É tudo nosso”: disputas culturais em torno da construção da legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. In: PASSOS, P.; DANTAS, A.; MELLO, M. (org.). **Política cultural com as periferias**: práticas e indagações de uma problemática contemporânea. Rio de Janeiro, IFRJ, 2013.
- ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Ano 3, número 4, p.6-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFÉBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006.
- SOUZA, A. **Cineclubismo Fluminense**: 95 anos de História. Rio de Janeiro: Editora Insônia, 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.